

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.819 - SP (2019/0073387-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : **WESLEY DOS SANTOS RODRIGUES**  
**ADVOGADOS** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DIOGO CESAR PERINO - DEFENSOR PÚBLICO -**  
**SP274029**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por WESLEY DOS SANTOS RODRIGUES, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 251):

*Posse ilegal de arma de fogo com numeração suprimida - Prisão em flagrante na posse da arma - Perícia comprovando a eficácia do objeto Palavra dos policiais seguras e sem desmentidos - Responsabilidade comprovada - Infração de perigo abstrato - Atipicidade - Inocorrência - Precedentes jurisprudenciais - Condenação mantida;*

*Posse ilegal de arma de fogo com numeração suprimida Equiparação à arma de uso restrito Desclassificação para o art. 14, da Lei nº 10.826/03 - Impossibilidade — Recurso parcialmente provido para alteração da modalidade de uma das penas restritivas de direito impostas.*

Nas razões do recurso especial, alega a parte recorrente violação dos artigos 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003. Sustenta a desclassificação do delito para o do artigo 14 da Lei n. 10.826/2003, uma vez que a arma de fogo apreendida, embora estivesse como a numeração suprimida, era de uso permitido.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 301/319), o recurso foi admitido (e-STJ fl. 322), manifestando-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo não provimento do recurso especial (e-STJ fls. 332/334).

É o relatório. **Decido.**

O recurso não merece acolhida.

O Tribunal de Justiça, ao analisar o presente caso, consignou que *a conduta lesou o bem jurídico tutelado no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.826/03, pois embora o acusado estivesse portando arma de uso permitido, o laudo pericial, como se viu, atestou que estava com a numeração suprimida, o que, por certo, equipara o instrumento àqueles de uso restrito (e-STJ fls. 256/257).*

Ora, tal entendimento encontra-se no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte Superior de que, *tendo em vista a supressão da numeração, aplica-se à conduta o disposto no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 10.826/03 que, embora faça alusão às armas de uso restrito, é aplicável às armas de uso permitido com o número de série raspado ou suprimido (HC 135.587/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/11/2011, DJe 2/12/2011).*

Nessa linha, os seguintes julgados:

*PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. POSSE DE ARMA DE USO PERMITIDO COM NUMERAÇÃO RASPADA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA CONDUTA DO ART. 14 DA LEI DE ARMAS. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

[...]

3. *"Aquele que está na posse de arma de fogo com numeração raspada tem sua conduta tipificada no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003 [...] mesmo que o calibre do armamento corresponda a uma arma de uso permitido" - nesse caso, um revólver calibre 32 (Informativo de jurisprudência n. 0364, REsp. 1.036.597/RJ, Relator Ministro FELIX FISCHER, julgado em 21/08/2008).*

4.. *Habeas corpus não conhecido. (HC 322.182/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 20/09/2016)*

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, EXTRAORDINÁRIO E REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. CRIMES DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO COM NUMERAÇÃO RASPADA E USO DE DOCUMENTO FALSO. [...] DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME PREVISTO NO ART. 14 DA LEI 10.826/03. IMPOSSIBILIDADE. ARMA DE USO PERMITIDO COM NUMERAÇÃO RASPADA. CONDUTA TIPIFICADA NO ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, DA LEI 10.826/03. [...] HABEAS CORPUS NÃO CONHECIMENTO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*[...]*

*5. Acertada a condenação do paciente, porquanto a conduta se amolda ao delito previsto no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/03, pois o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido com a numeração raspada equipara-se à arma de uso restrito.*

*[...]*

*8. Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem, de ofício, para redimensionar a pena. (HC 179.502/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 25/02/2016)*

*HABEAS CORPUS. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. ARTIGO 16, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03. POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. EQUIPARAÇÃO À DE USO RESTRITO. CONDUTA TÍPICA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

*1. Caso em que o Paciente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 10.823/03, às penas de 04 (quatro) anos de reclusão, no regime semiaberto, e 14 (quatorze) dias-multa.*

*2. Apesar de o caput do art. 16 da Lei n.º 10.826/03 referir-se a armas de fogo, munições ou acessórios de uso proibido ou restrito, o parágrafo único, ao incriminar a conduta de portar arma de fogo modificada, refere-se a qualquer arma, sendo irrelevante o fato de ela ser de uso permitido, proibido ou restrito.*

*3. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 233.436/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2012, DJe 11/12/2012)*

*RECURSO ESPECIAL. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. NUMERAÇÃO RASPADA. CRIME PREVISTO NO ART. 16 DA LEI Nº 10.826/03. RECURSO PROVIDO.*

*1. O porte de arma de fogo com numeração raspada se adequa ao crime do artigo 16, parágrafo único, IV, da Lei n.º 10.826/03, pouco importando seja a arma de uso permitido, restrito ou proibido.*

*2. Na espécie, tendo o recorrido sido surpreendido portando arma de fogo de uso permitido com numeração suprimida, incabível a desclassificação de sua conduta para aquela prevista no art. 14 do Estatuto do Desarmamento.*

*3. Recurso especial provido a fim de restabelecer a sentença condenatória. (REsp 1047664/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 11/10/2010)*

Assim, no presente caso, tendo o recorrente sido surpreendido portando arma de fogo de uso permitido com numeração suprimida, incabível a desclassificação de sua conduta para aquela prevista no art. 14 do Estatuto do Desarmamento.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ e na Súmula n. 568/STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator